
Geração Sementes: Ativismo Político Institucional das Mulheres Negras, Cultura do Medo, Rede Sociais e Regimes de Visibilidade¹

Monique Paula OLIVEIRA²
Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ.

RESUMO

O crescente número de mulheres negras eleitas em 2018 para mandato no poder legislativo no ano de 2019 apresenta um cenário importante para analisar as nuances culturais e da política institucional brasileira. Mulheres que marcam o início do ativismo político coletivo com atuação no poder legislativo. E que utilizando as redes sociais como estratégia para alcançar de visibilidade imprimem as plataformas digitais um canal de promoção de seus mandatos e respectivas pautas. Tornando assim, a visibilidade com o suporte das redes sociais uma importante ferramenta para combater o racismo, luta pelo feminismo e proteção dos direitos humanos em um contexto de medo e incerteza. Frente avanço político de extrema direita, configurado nas estruturas do estado brasileiro, com qualquer tipo de ativismo.

PALAVRAS-CHAVE: política; mulheres negras; geração; redes sociais; visibilidade.

Introdução

Diante da conjuntura política brasileira dos últimos 16 anos que elegeu dois presidentes, por dois mandatos consecutivos cada um, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores (Partido dos Trabalhadores - PT) foi retirado do poder em 2016 com o impeachment de Rousseff. Sendo eleito em outubro de 2018, o populista de extrema direita, Jair Bolsonaro. Fato que marca uma significativa mudança para a direita. Diante desse contexto, em uma crescente instabilidade política e crise econômica, vários outros direitos fundamentais são colocados em questão, incluindo a crescente perseguição de líderes de movimentos sociais, jornalistas alternativos e políticos de esquerda, entre outros.

Em março de 2018, Marielle Franco, mulher, negra, mãe, lésbica e cria da favela da Maré, em seu mandato como vereadora, a socióloga que trabalhou pelos direitos das mulheres, da população negra e LGBT e das vítimas da violência no Rio de Janeiro, foi brutalmente assassinada e o crime continua sem solução. Como resposta, o

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital do XLII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 02 a 07 de setembro de 2019.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano - IACS/UFF, e-mail: paula.monike@gmail.com.

seu partido, o Partido Social e Liberdade (PSOL) decidiu adotar uma estratégia radical para contra argumentar a representação das mulheres negras na política, lançando candidatas a ocupar assentos nas assembleias legislativas e congresso nacional. A estratégia é bem sucedida. No Rio de Janeiro, popularmente conhecidas como sementes de Marielle, três mulheres negras - Renata Souza, Dani Monteiro e Monica Francisco foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. E Talíria Petrone para a Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

Nos outros estados do país outras candidaturas de mulheres negras também tiveram êxito. Em Minas Gerais, Áurea Carolina para a câmara dos deputados e Andréia de Jesus para deputada estadual, ambas pelo PSOL. Na Bahia, a primeira deputada estadual negra Olívia Santana foi eleita pelo PCdoB. Em Pernambuco também pelo PSOL em mandato coletivo Juntas a deputada estadual Robeyoncé Lima, mulher, negra, transsexual. Sendo também a primeira advogada a ter o direito de usar o nome social na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Enquanto em São Paulo ainda pelo Partido Social e Liberdade (PSOL), Érica Malunguinho da Silva, a primeira mulher, negra, transsexuais é eleita em um mandato próprio para ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo – ALESP. Atuando com Erika Hilton também mulher, negra e transsexuais e Mônica Seixas eleitas pela bancada ativista. Vale ressaltar que, o formato de mandato coletivo na política institucional brasileira chama a atenção, por apresentar outra configuração para o poder legislativo brasileiro. Um modelo em que os mandatos possuem uma composição administrada por articuladores sociais que atuam em diferentes áreas. E, portanto, fazendo com que o mandato seja expressivamente amplo na abordagem de suas pautas. Conta-se ainda com a renovação dos mandatos da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, reeleita para o cargo de deputada federal pelo PT e Leci Brandão para a ALESP pelo PCdoB.

Observa-se, assim, que conjunto de mulheres atuando no poder legislativos com mandatos a partir de 2019. No quadro abaixo, segue relação com informação do estado, instituição, nome, sigla do partido e informações do mandato.

Figura 1: Relação Deputadas Negras em 2019

Nº	ESTADO	SIGLA DA INSTITUIÇÃO	NOME	SIGLA DO PARTIDO	MANDATO
1	Rio de Janeiro	CLDF	Talíria Petrone	PSOL	1º Mandato
2	Rio de Janeiro	ALERJ	Renata Souza	PSOL	1º Mandato
3	Rio de Janeiro	ALERJ	Dani Monteiro	PSOL	1º Mandato
4	Rio de Janeiro	ALERJ	Monica Francisco	PSOL	1º Mandato
5	Belo Horizonte	CLDF	Áurea Carolina	PSOL	1º Mandato
6	Belo Horizonte	ALMG	Andréia de Jesus	PSOL	1º Mandato
7	Bahia	ALBA	Olívia Santana	PCdoB	1º Mandato
8	São Paulo	ALESP	Erica Malunguinho	PSOL	1º Mandato
9	Rio de Janeiro	CLDF	Benedita da Silva	PT	Renovação de Mandato
10	São Paulo	ALESP	Leci Brandão	PCdoB	Renovação de Mandato
11	Bancada Ativista SP	ALESP	Mônica Seixas	PSOL	1º Mandato
12	Bancada Ativista SP	ALESP	Erika Hilton	PSOL	1º Mandato
13	Bancada Juntas PE	ALEPE	Jô Cavalcanti	PSOL	1º Mandato
14	Bancada Juntas PE	ALEPE	Robeyoncé Lima	PSOL	1º Mandato

Fonte: Elaborada pela autora

Esse artigo trata-se, portanto, de um recorte da pesquisa em andamento sobre o ativismo político institucional das mulheres negras no contexto da cultura do medo, as redes sociais e os regimes de visibilidade que operam nesse cenário. Nesse sentido, busca-se compreender a conjuntura política e cultural que marca o ingresso desse grupo de mulheres na política institucional. E a partir de uma publicação no perfil da plataforma do Instagram da deputada federal Talíria Petrone, propõe-se analisar a utilização das redes sociais como estratégia para alcançar visibilidade. E utiliza-la, a visibilidade, como potente ferramenta para combater o racismo, luta pelo feminismo e proteção dos direitos humanos.

Apontamentos sobre a transição do homem na pós-modernidade

Considerando que o modo de ser do indivíduo, socialmente e culturalmente, constituídos do mundo no século XXI é marcado pela transição de uma mentalidade do moderno para contemporâneo (ou pós-moderno). A liberdade nesse contexto torna-se um ponto central. O sociólogo Zygmunt Bauman (1998) aponta que “os homens e mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade”, porém por outra perspectiva essa mesma liberdade também pode ser vista como amedrontadora. De modo que, em um movimento de reação ao

sentir-se perdido dentre as liberdades possíveis do novo mundo, essas pessoas recorrem aos aprisionamentos das instituições modernas, como igrejas, militarismo, família e a ideia de estabilidade em emprego fixo, por exemplo. Ou seja, instituições que assumem a função de impor limitações a esse homem em conflito.

De acordo com Bauman (1997), o conflito nesse momento de transição é percebido pela rigidez das estruturas da sociedade moderna colocada em cheque frente às liberdades do mundo pós-moderno. Com isso, apresentam características, que chocam gerações, definidas como o mal estar na sociedade, como pontua Bauman:

Cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua maneira, inimitável. Se os estranhos são pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo em que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteiras que devem ser claramente vista; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido. (BAUMAN, 1997, p.26).

Nesse contexto, o medo e a insegurança do mundo contemporâneo impulsionam o movimento de retorno – que fazem com que as pessoas busquem “abrigo”, o refúgio. Cenário em que governos de extrema direita ganham grande aderência, exatamente por representar o que é tradicional, a segurança (ainda que falsa) por meio da igreja, exército, assim como a retomada de crenças e valores de tempos passados. Governos sustentados por discurso racista, sexista, xenófobo e belicista e validados por ideias rasas, sem debate social, porém articulado de forma líquida pela perspectiva de Bauman³, o qual é absorvido por expressiva parcela da sociedade ainda que, limitadores de direitos e antidemocráticos.

Em resposta a rigidez política dos grupos ultraconservadores, em um momento de grande secularismo, em que expressivos contingentes de religiosos ocupam organizações do estado na máquina pública, que frente ao radicalismo e intolerância em um movimento de existência, mulheres negras ingressam na política institucional com

³ O termo liquidez é utilizado por Bauman para designar o que é flexível, adaptável, fluido. “O que todas essas características dos fluidos mostram, em linguagem simples, é que os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo”. (BAUMAN, 1999, p.08).

pautas voltadas para a preservação de direitos, valores, costumes. Ou seja, trabalhando em defesa da cultura da população marginalizada. Para que a partir do diálogo, como instrumento de reflexão social e leis que viabilize a reformulação política-cultural da sociedade brasileira e atendam as demandas do grupo social em estado de vulnerabilidade. Desse modo, viabilizando caminhos possíveis para uma sociedade mais democrática em termos de direitos.

Construção discursiva um contexto de disputa de poder

No contexto de afloramento das discussões sociais frente às limitações do exercício democrático de liberdade, forma-se um cenário social fomentador para que ascendam as demandas de autoafirmação e reivindicação nos espaços de poder por parte de variados seguimentos da população. Que historicamente tiveram suas falas silenciadas e também nunca foram ouvidas devido à estrutura racista heteronormativa⁴ da sociedade brasileira.

Djamila Ribeiro (2017) ao citar autoras como bell hooks, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Linda Alcoff e Gayatri Spivak aponta “a importância de se romper com o regime de autorização discursiva...”, visto que a promoção para uma multiplicidade de vozes é necessário que seja feita a quebra com o discurso autorizado e único, entendido com universal. Continua Ribeiro (2017), “... o discurso aqui é compreendido pelo viés de Michel Foucault⁵, como um sistema formador do imaginário social dentro de uma cultura, e que rege quem terá o poder e o controle”.

Assim, o que esta em pauta é o poder discursivo. Que desde a formação da sociedade brasileira esteve com a população branca e masculina que convencionou o que era ou não racismo, certo e errado, sendo o juiz e também o advogado. Ditando regras e valores que conduzem as relações entre as pessoas de uma sociedade.

⁴ Refere-se à heteronormatividade, ao conceito de que apenas os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos ou heterossexuais são normais ou corretos. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/heteronormativo/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁵ “Suponhamos que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjugar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012. P.8-9.

Ativismo político institucional das mulheres negras eleitas em 2018 para mandatos em 2019

O ativismo políticos institucional de um grupo de mulheres negras eleitas em 2018 para mandatos em 2019, portanto, pode ser pensado em um contexto de disputa discursiva. Entendendo de que estar no poder legislativo, onde se decide as diretrizes do país, é altamente estratégico. Uma vez que na medida em que ocupando esses espaços de poder torna-se possível trazer as demandas da população negra, favelada, LGBTQI+, periférica e marginalizada para pauta pública institucional.

A deputada estadual Erica Maluginho eleita em 2018 para mantado em 2019, sendo a primeira mulher, negra, transexual pontua que foi “fenomenalmente eleita” no Brasil. E aponta também que:

[...] a atuação na política institucional não é muito distante do que já se faz no cotidiano. A diferença de estar na institucionalidade, na assembleia é que a gente sistematiza tudo aquilo que se faz no cotidiano e transforma em prática política institucional. Isso significa em você se organizar e articular com diversas pessoas que tem capacidades e habilidades técnicas para mover a institucionalidade. “...” um mecanismo feito exatamente para afastar pessoas e dificultar desde a entrada, o entendimento, o acesso, tudo. (MALUGUINHO, 2019)

Pelo mesmo viés, Renata Souza também mulher, negra, eleita deputada estadual pelo PSOL assinala que estar na política institucional é uma questão de sobrevivência. Diante dessa conjuntura, observa-se uma passagem do ativismo de rua, do cotidiano para o ativismo político institucional de lideranças femininas negras dos coletivos, organizações populares ou que já atuavam na política, mas como assessoras como Renata Souza, Monica Francisco e Dani Monteiro, ex-assessoras de Marielle Franco, para a liderarem mandatos. Entendo, assim, tais lideranças como um grupo de mulheres negras marcadas pelos fatores políticos-culturais pleiteando espaços de fala e poder na instância institucional da política brasileira.

O contexto político e cultural auxilia na compreensão da importância da atuação coletiva das deputadas negras como instrumento estratégico. E nessa vertente, percebem-se duas correntes. Uma com o coletivo entendido como grupo de mulheres negras, ativistas populares, ingressando na política institucional em seus primeiros mandatos e no mesmo período. E o coletivo como o mandato coletivo – propriamente

dito – que consiste no formato de mandato que tem por alicerce articuladores sociais de diferentes setores. Como é o caso da bancada Ativista em São Paulo e em Pernambuco com as Juntas. Um formato que propicia maior quantidade de articuladoras sociais na instância legislativa.

Compreendendo essas mulheres como “filhas de seu tempo”, quais seriam os aspectos culturais e políticos que as influenciaram para atuação com mandatos próprios na política institucional? Para iniciar a discussão pode-se pensar alguns eventos geracionais como pontua o sociólogo Karl Mannheim na sua teoria. O movimento da Primavera Feminista em 2015, o período de governo PT (presididos por Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), o cenário de crise política que se instaurou no país com o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e consequências diretas à economia, avanço da extrema direita na política institucional brasileira e o assassinato de Marielle Franco.

Nesse contexto, observa-se a formação e um grupo de mulheres negras ativistas atuando na política institucional que abre caminhos que para outras mulheres e negras a liderarem mandatos no poder legislativo. Pelo mesmo viés, é importante pensar também como referências para a população que não acreditava na política institucional como caminho para a transformação das condições de vida da população marginalizada e vulnerável.

Analisando pela perspectiva geracional, o filósofo e sociólogo Karl Mannheim aponta que:

Lo que constituye la posición común en el ámbito social no es el hecho de que el nacimiento tenga lugar cronológicamente al mismo tiempo —el hecho de ser joven, adulto o viejo en el mismo período que otros—, sino que lo que la constituye primariamente es la posibilidad, que en ese período se adquiere, de participar en los mismos sucesos, en los mismos contenidos vitales; más aún, la posibilidad de hacerlo a partir de la misma modalidad de estratificación de la consciência. (MANNHEIM, 1993, p.216).

Desse modo, Mannheim destaca que uma geração não se constitui a partir do fato de alguém ter nascido, se tornado jovem, adulto ou velho no mesmo tempo cronológico, mas da possibilidade dada a partir de fatos concretos. De acordo com essa perspectiva, essas mulheres estariam sendo marcadas por eventos geracionais que as identificam como sujeitos sociais. E que atuam e interagem revelando os aspectos

culturais e sociais a partir de acontecimentos reais. Diante desse fluxo, estaríamos abordando sobre movimentações e articulações que constituirão de uma geração de mulheres negras na liderança de mandatos na política institucional no Brasil?

As redes sociais como estratégia de comunicação para alcançar maior visibilidade nas redes sociais

Ao pensar na temática das gerações, no movimento de transição das gerações, atentando para o contexto tecnológico em que se pode observar os impactos nos modos e costumes de vida. Nas mudanças no que tange a forma como as interações das pessoas são moldadas, aponta para a reflexão de como as gerações lidam com os dispositivos eletrônicos e como são tratadas suas demandas e questionamentos como o suporte das redes sociais.

Assim, diante das dinâmicas das gerações e cenário tecnológico na sociedade contemporânea, o autor Manuel Castells (2007) ao trabalhar com o conceito de sociedade em rede caracteriza que indivíduo na sociedade em rede deixa de ser apenas receptor para assumir o papel de serem também produtor e emissor de conteúdo, por meio de diversas plataformas digitais, independente da classe social, em um movimento chamado pelo autor de autocomunicação de massa, evidenciando assim a descentralização do poder da comunicação que passa a estar nas mãos de todos.

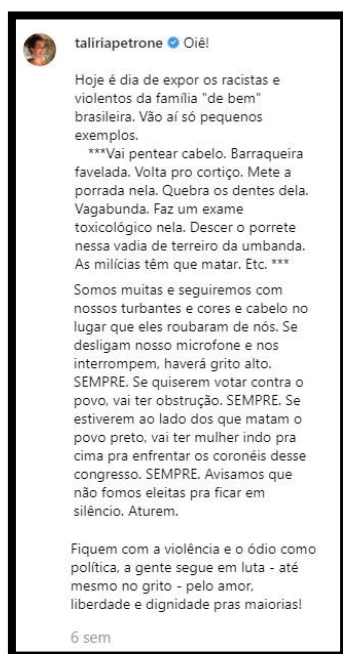
Nesse contexto, observa-se que o Instagram se tornou um veículo de comunicação valioso ao passo que cria espaços de fala também para as mulheres negras, historicamente invisibilizadas pela mídia hegemônica, a partir da concepção de conexões em rede, possibilitada pela chegada da internet e impulsionada pela popularização do celular que viabiliza maior dinamismo nas interações virtuais o que proporciona a formação de grupos virtuais.

Portanto, propõe-se estudo de como a visibilidade no Instagram - a partir da comunicação em rede - pode tornar-se instrumento micropolítico na medida em que viabilizam expressiva atomização das suas vozes e respectivamente potencializam suas falas. E que ao atingirem significativo nível de representação social assumem status de poder e com isso, a possibilidade de interpelar a sociedade. Para que assim tenhamos efetivas mudanças no que diz respeito à participação social, política e cultural.

Sendo o Instagram, uma rede social, que inicialmente tinha a usabilidade de expor fotos, diferenciando do Facebook que possui a características de fórum, palco expositivo de ponto de vista e da plataforma do Twitter, outra rede social que visa a troca de mensagens curtas e com uso das Hashtags⁶. Desse modo, uma publicação do Instagram assume a função principal de fixar imagens no perfil do usuário na plataforma.

A deputada federal Talíria Petrone que no seu perfil no Instagram conta com 193 mil seguidores – considerando os números até o dia 30.06.2019. No dia 18 de maio de 2019, publicou no seu perfil as mensagens criminosas recebidas via as redes sociais, como exposto nas figuras de 2 a 11. A fixação das violências cotidianas no Instagram por meio de print screen do Twitter - que ao serem transformadas em imagens - função primária do Instagram que é a publicação de imagens/fotos – possibilita que as agressões criminosas sejam arquivadas na página. E registrando reflexos da estrutura machista-racista que sustenta as instituições de poder da sociedade brasileira.

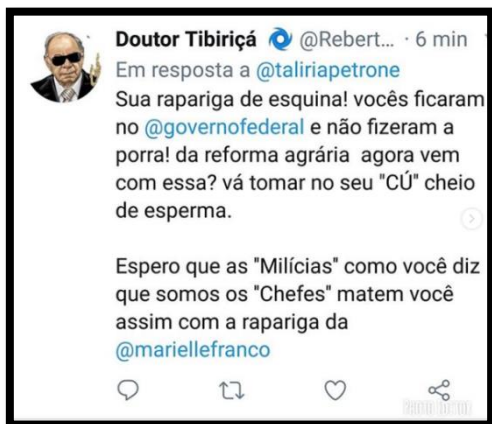
Figura 1 - Print (1) do perfil no Instagram “Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

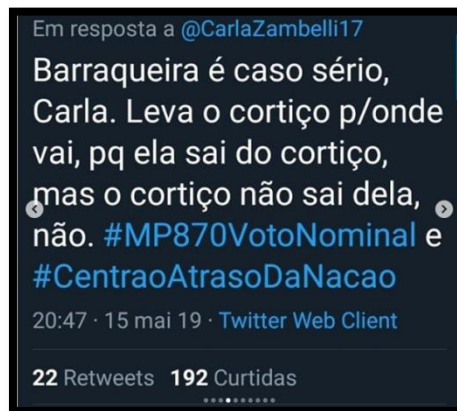
⁶ Hashtags são palavras-chave ou termos associados a uma informação, tópico ou discussão que se deseja indexar de forma explícita no aplicativo Twitter.

Figura 2: Print (2) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



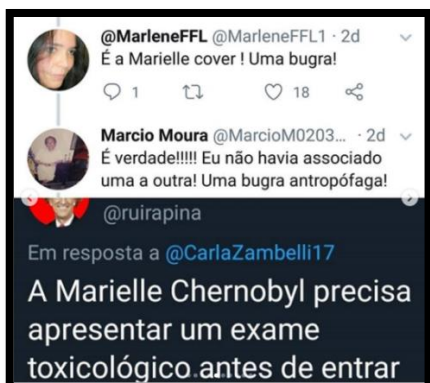
Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Figura 3: Print (3) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



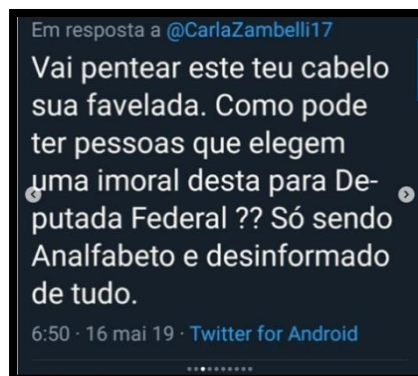
Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Figura 4: Print (4) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Figura 6: Print (5) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Figura 7: Print (6) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Figura 8: Print (7) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Figura 9: Print (8) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura:
15 de junho de 2019

Figura 10: Print (9) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura:
15 de junho de 2019.

Figura 11: Print (10) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura:
15 de junho de 2019

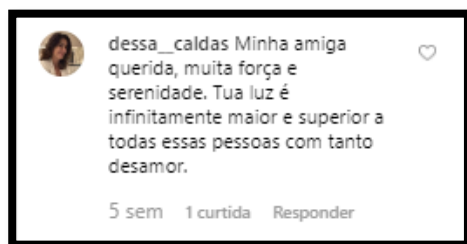
Figura 12: Print (11) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura:
15 de junho de 2019

A postagem de referência obteve 25.902 curtidas e 5.485 comentários. E a partir da análise dos últimos 5 (cinco) comentários, que ocupam a posição de múltiplos de cinco, pode-se perceber que mensagens de fortalecimento coletivo de seguidores – imagens de 13 a 17- frente ao ódio e as ofensas racistas de cidadão que se intitulam do bem e que defendem os bons costumes. Além de mensagens que ratificam a essencialidade da mantada na câmara dos deputados. E o destaque para a falta de ética e o respeito ao tratarem uma mulher negra e que também é parlamentar.

Figura 13: Print (12) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



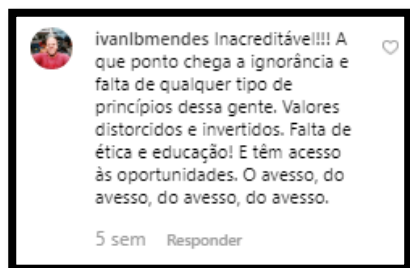
Fonte: Talíria Petrone. Data de captura:
15 de junho de 2019

Figura 14: Print (13) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”



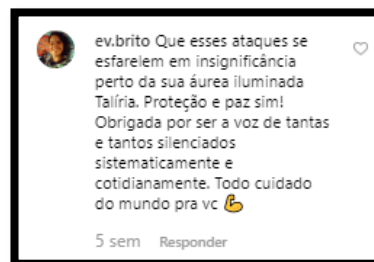
Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de
junho de 2019.

Figura 15: Print (14) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”.



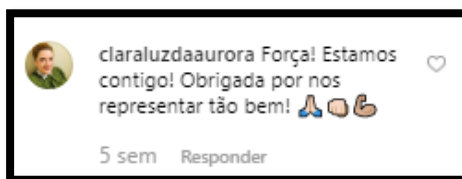
Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de
junho de 2019.

Figura 16: Print (15) do perfil no Instagram
“Talíria Petrone”.



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de
junho de 2019.

Figura 17: Print (16) do perfil no Instagram “Talíria Petrone”



Fonte: Talíria Petrone. Data de captura: 15 de junho de 2019.

Nesse cenário, regimes de visibilidade operam nessas interações. Regimes de visibilidade aqui sendo definidos como visibilidade instrumental e a visibilidade expositiva. Pontuando para melhor compreensão, entende-se por visibilidade instrumental a que possibilita atomização da audiência e impõem destaque a mandata no legislativo. E a visibilidade expositiva compõe-se pela exposição do ativismo político institucional feminino preto a um status de vulnerabilidade - enquanto individuo

particular e ator político institucional público e no que diz respeito às representações que reverberam na sociedade.

Diante dos regimes de visibilidade apresentado ocorre também uma subdividas por níveis: elevada e média. A visibilidade instrumental elevada - em nível nacional e internacional é, portanto, a que além de impulsionar a representação social, viabiliza que a atuação institucional seja divulgada, comunicada e alcance pessoas para além da bolha social da internet. E visibilidade instrumental média - em escala local ou regional é a comunicação ou interação que permanecem na bolha da internet. Nesse sentido, a visibilidade expositiva média - em escala local ou regional – pode ser considerada perigosa diante das agressões físicas e morais, a imagem no ambiente cotidiano ou virtual enquanto a visibilidade expositiva elevada – em nível nacional e internacional - pode se tornar dispositivo de segurança em relação as mesmas agressões possíveis de nível.

Visto posto, considerando os regimes de visibilidade apresentados para análise da publicação da Deputada Talíria expor as agressões morais de internautas teria alcançado a visibilidade instrumental e expositiva média. Instrumental média no sentido de ainda que tenha 193 mil seguidores, apenas 25.902 teriam interagido com a visualização e o número menor manifestou-se com mensagem de repudio. Porém ainda tenha atingido uma visibilidade instrumental média a publicação assume destaque uma vez que a mensagem foi vista por pelo menos aproximadamente 26 mil pessoas. E expositiva média visto que a medida com que ocorre uma promoção da representatividade de sua mandata atrai também a visibilidade expositiva que a posiciona a um status de vulnerabilidade e mesmo com o destaque da publicação não impede ou inibi que ela receba ataque racista e machista de internautas.

Conclusão

Diante do exposto, nesse artigo observa-se que a partir da movimentação de mulheres negras em posição de liderança no poder legislativo criam-se outras possibilidades de novos moldes de política institucional brasileira e tornam-se referências para as futuras gerações no que tange a política institucional. Em um formato de articulação popular, em que as demandas da população em geral são

representas nas casas legislativas, conforme prevê a Constituição Federal no seu Art 1º parágrafo único “Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” e não como atualmente tem-se praticado por muitos deputados atuando em prol dos seus interesses particulares contrariando a constituição, inclusive do seu Preâmbulo, conforme segue:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus [...] (BRASIL, 1988).

E como um advento para a articulação popular dessas mulheres, observa-se a utilização das plataformas digitais como ferramenta de interligação em rede para as reivindicações das suas identidades, especificidades, proteção dos direitos humanos e preservação da vida. E que pela perspectiva de Manuel Castells (2007), do indivíduo na sociedade em rede é produtor que evidencia a descentralização do poder da comunicação dos conglomerados midiáticos que passa a estar nas mãos da população, especialmente por meio dos celulares tornando-se um aliado das mulheres negras, ativistas políticas com mandatos, atuando, no poder legislativo.

Assim, com os essenciais aspectos da política sendo retomados pelas de forma coletiva das mulheres negras, portadoras do poder de transformação, conceito defendido por Lélia Gonzalez (1984), além das referências para futuras gerações vislumbra-se a construção de outra cultura na política institucional. Que uma vez permeada na sociedade viabiliza outros modos de vida para a população, que seja mais justa e igualitária em termos de direito. Outras possibilidades para o desenvolvimento e bem estar das pessoas em situação de vulnerabilidade contextualizadas em um cenário de ativismo políticos institucional das mulheres negras e conexão em rede por meio das plataformas digitais.

Referências bibliográficas

-
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V 1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs**, São Paulo, SP, 1984.
- MANNHEIM, Karl (1964). "El problema de las generaciones" [tradução: Ignacio Sánchez de la Yncera], **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n. 62, p. 193-242, 1993.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento. 2017.
- BAHIA. **ALBA-Assembleia Legislativa da Bahia**, 2019. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/deputados/deputado-estadual/926908>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.
- CAROLINA, A. **Aurea Carolina Deputada 5018 Federal**. Disponível em: <https://www.aureacarolina.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- FRANCISCO, M. **É Tempo de nos Aquilombar**. Disponível em: <https://www.monicafrancisco.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- MALUNGUINHO, E. Erica Malunguinho. [entrevista concedida a]. Linn da Quebrada e Jup do Bairro. **TransMissão**. Temp.1, Ep 5, 2019. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/canal-brasil/v/7665924/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- PETRONE, T. **Talíria Petrone Deputada Federal**. Disponível em: <https://www.taliriapetrone.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- PETRONE, T. (taliriapetrone). **Instagram**: usuário Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bxm4O3zJYHC/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- SOUZA, R. **Deputada Estadual PSOL**. Disponível em: <https://www.renatasouzapsol.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Conheça os Deputados da 19ª Legislatura (De 01/02/2019 A 31/01/2023). **Assembleia Legislativa Do Estado De Minas Gerais**. Disponível em: https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/deputados-info.html?idDep=26143. Acesso em: 18 jun. 2019.
- PARADA SP. Conheça Erica Malunguinho (Psol), Candidata LGBTI+ Deputada Estadual. **ParadaSP – Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo**. 2018. Disponível em: <http://paradasp.org.br/conheca-erica-malunguinho-psol-candidata-lgbti-deputada-estadual/>. Acesso em: 18 jun. 2019.